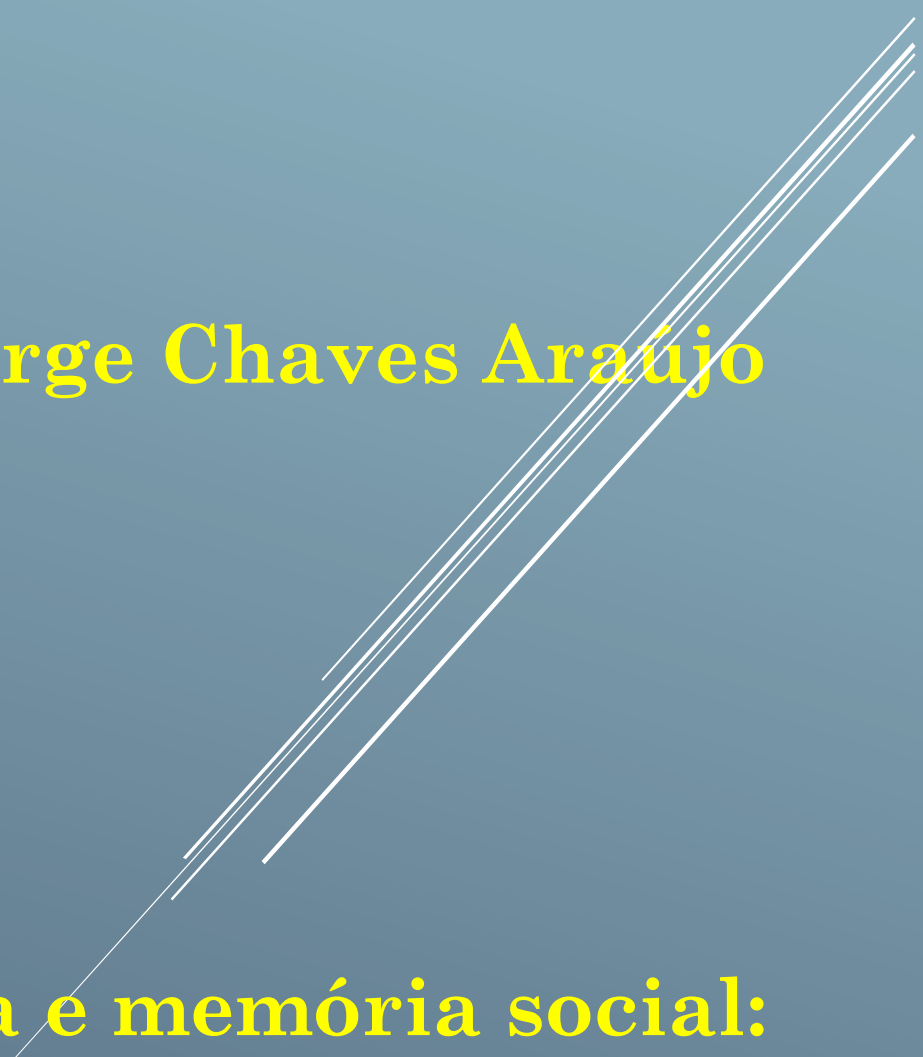


Roberto Jorge Chaves Araújo



**Paleografia e memória social:
Província da Parahyba do
Norte, 1830**

Edição do autor

Roberto Jorge Chaves Araújo

Paleografia e memória social:
Província da Parahyba do Norte, 1830

1ª edição
João Pessoa
Edição do autor
2018

Título original *Paleografia e memória social: Província da Parahyba do Norte, 1830*

Capa *Roberto Jorge Chaves Araújo*

Projeto gráfico *Roberto Jorge Chaves Araújo*

A663p

Araújo, Roberto Jorge Chaves. Paleografia e memória social: Província da Parahyba do Norte, 1830/ Roberto Jorge Chaves Araújo; João Pessoa: Edição do autor, 2018.

E-book

ISBN 978-85-455182-2-8

AGRADECIMENTOS

Ao Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, deputado estadual Gervásio Maia, que possibilitou a apresentação dos resultados dessa pesquisa no I SEMINÁRIO NACIONAL DE PALEOGRAFIA, na UFBA, em Salvador, Bahia, no ano de 2017, e manteve juntamente com os demais integrantes da Mesa Diretora tal qual todos os parlamentares estaduais, as condições institucionais gerais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Diretora Geral do Departamento de Cultura e Memória da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, Valéria Vieira Coutinho, meu agradecimento especial pelo apoio ao desenvolvimento dessa pesquisa e à solicitação do financiamento para a apresentação dos seus resultados no importante evento acima mencionado, talvez o primeiro organizado no Brasil com foco específico na área de Paleografia. Sensibilidade, determinação e inteligência

se associam numa mesma pessoa quando se fala em Valéria Vieira Coutinho.

Ao PROPESQ da Universidade Estadual da Paraíba que financiou o projeto de pesquisa do qual resultou o documento manuscrito e transcrito presente nesse trabalho.

À professora Francinete Fernandes de Sousa, ex-colega de departamento de Arquivologia, campus I, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, cujo estímulo ímpar foi importante para a formulação em parceria do projeto de pesquisa e a apresentação para seleção junto ao PROPESQ para a seleção de financiamento.

Às alunas do curso de Arquivologia, Laudecir Pereira, Aline Crispim e Camila Cândido que participaram como estagiárias do projeto de pesquisa.

A Pedro, do Acervo Waldemar Bispo duarte, João Pessoa, Paraíba, Hildo, do Arquivo Público Jordão Emerenciano, Recife, Permanmbuo, e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Os acervos documentais dessas instituições são tão importantes

quanto os acervos de instituições mais conhecidas e muito mais respaldadas pelos poderes públicos para seu funcionamento. A documentação manuscrita encontrada em tais acervos é um registro importante para a escrita da história do Brasil e, obviamente, guarda o registro do traço da escrita manuscrita e impressa desenvolvida no Brasil ou relativa ao Brasil desde o final do século XVI.

A todos os profissionais e estudantes que, direta e indiretamente, atuam para desenvolver a Paleografia no Brasil, formados em diferentes áreas do conhecimento. O estudo das formas da escrita, seu conteúdo, sua edição, arquivamento da informação em espécies e tipos documentais e a consulta como fonte histórica possibilitam evidenciar ou indicar, objetivamente, práticas e pensamentos presentes em sociedades, culturas e estruturas de poder, ficando a cargo da visão de mundo de cada pesquisador ou pesquisadora, interpretá-los.

SUMÁRIO

Introdução	7
Análise paleográfica	15
Escrita e memória social	21
Características extrínsecas da escrita e memória social	27
Escrita, características extrínsecas da escrita, memória social e estruturas de poder	39
História da memória social no Brasil: breves comentários iniciais	45
Relacionando o tema com a teoria da Paleografia	52
As abreviaturas	55
Sobre a transcrição paleográfica de abreviaturas	59
Considerações finais	62
Referências documentais e bibliográficas	69

INTRODUÇÃO

O presente estudo¹ mostra a aplicação da Norma Técnica para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos n. 1.8 (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 100). Essa norma técnica se refere à transcrição de abreviaturas não correntes, ou seja, aquelas que *não* são mais usadas na atualidade.

Procura mostrar também, mesmo que introdutoriamente, que há relação cognoscível (possível de ser conhecida) entre características extrínsecas da escrita (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 16; 35) e a memória social, analisando as características extrínsecas das abreviaturas, letras, números, sinais de pontuação e acentuação, de um documento manuscrito digitalizado no Acervo Histórico Waldemar Bispo Duarte, da Fundação Espaço Cultural, em João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Para tanto, obviamente, foi preciso tecer considerações de natureza teórica sobre a mencionada

¹ Prevenindo-se contra extravios imprevistos informa-se que este trabalho foi registrado em cartório como documento público.

relação entre as características extrínsecas presentes na escrita em geral, na escrita do nosso documento manuscrito digitalizado e a organização da memória social.

No que se refere à transcrição (SIQUEIRA & LEAL, 2011, p. 169) do documento manuscrito, foi feita de acordo com as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 100 – 104).

No processo de transcrever buscou-se preservar a escrita original do documento, alterando-a² apenas através da *atualização morfológica*, ou seja, modificando

² A *atualização morfológica* não deixa de ser um tipo de *alteração* da escrita original do documento, como bem já assinalou a prof.^a Alicia Duhá Lose. Mas, esse tipo de alteração não deve ser confundido com a prática denominada de *modernização* na transcrição da escrita original dos documentos. Essa prática altera conteúdo, estrutura paragrafática, pontuação, etc., a pretexto de facilitar a leitura do documento. Na verdade, o resultado muito provável é a perda do conteúdo original e, paleograficamente, a dificuldade/interdição do *reconhecimento* das morfologias essenciais dos signos gráficos de uma época dada pela impossibilidade/dificuldade comparar os signos escritos originais com os signos transcritos. Além disso, imagine-se o que tal processo pode provocar quando se trata de consultar documentos como fontes históricas, por exemplo. Talvez a perda da informação original sobre a atividade humana no tempo.

apenas a forma original dos signos grafados, modificação essa conforme os padrões convencionais *atuais* de escrever.

Portanto, os aspectos intrínsecos (conteúdo e idioma, em particular) e a organização da escrita no suporte material permaneceram os mesmos ou bastante aproximados.

Sobre as características extrínsecas da escrita manuscrita importa acrescentar que elas são denominadas por Manuel Luiz Núñez Contreras (1994, p. 38) como sendo *morfologias essenciais*. E por que são formas essenciais de uma escrita? Porque caracterizam essa escrita de maneira específica. As *morfologias essenciais* são seis: a morfologia, o ângulo, o *ductus*, o módulo, peso, as ligaduras, os nexos.

Essa morfologias essenciais são *registros* gráficos das técnicas da escrita e podem ser metaforicamente designadas de *formas* na pele morta depositada pelas

serpentes³, para intensificar a expressividade das maneiras presentes no ato de escrever.

Sobre o documento manuscrito digitalizado, ele deve ser percebido como uma *matriz digital* (CONARQ, 2010, p. 13), ou seja, o representante digital de um documento manuscrito. Além disso, o nosso manuscrito é um documento original datado de 13 de novembro de 1830, redigido na cidade de Pilar, Província da Parahyba do Norte, Império do Brasil.

Seu *provável* autor, considerando o autógrafo existente no documento, é Joaquim José Ribeiro Pessoa⁴, um dos políticos eleitos indiretamente para integrar o

³ Essa metáfora para as morfologias essenciais são um desdobramento específico de uma outra metáfora para um fenômeno mais geral. Ela foi elaborada por Pierre Nora (1993, p. 15) para se referir aos registros deixados por seres humanos na sua movimentação *histórica* no tempo, representados como o movimento natural de certos répteis que se desfazem da pele, trocando-a por outra.

⁴ A autoria é indicada como sendo provável e não certa por dois motivos: a) não há como conferir, por enquanto, a autenticidade da assinatura; b) pelo fato de que não era necessária a alfabetização para o exercício da cidadania política naquele ano de 1830 no Império do Brasil.

Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte,⁵ órgão que antecedeu a Assembleia Legislativa Provincial paraibana criada em 1834 e instalada em 1835.⁶

Sem perder de vista a aplicação prática da norma de transcrição paleográfica 1.8, a questão que orienta o presente estudo refere-se mais ao segundo aspecto do objetivo acima definido e é a seguinte: as características extrínsecas da escrita humanista da matriz digital ora transcritas podem ser concebidas como formas de memória social?

A metodologia para desenvolver a análise pode ser sistematizada da seguinte maneira. Partiu-se de aspectos mais abrangentes para os mais específicos e a manutenção

⁵ Celso Mariz (1987, p. 27) não incluiu Joaquim José Ribeiro Pessoa entre os integrantes do Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte para o período de 1830-1833. No entanto, Celso Mariz não cita as fontes documentais que usou para listar os políticos provinciais eleitos naquele período, esclarecendo apenas que as informações foram extraídas “de antigos livros e atas, já de tintas esmaecidas e folhas perfuradas pelo caruncho, livros que encontramos na biblioteca da Assembleia e que não revimos após a dispersão ou recolhimento deles ao Depósito de Obras Públicas em 1930. ”

⁶ Esse processo ocorreu em cada uma das províncias do Império do Brasil.

da escrita original do documento manuscrito na transcrição. No entanto, para evitar apriorismos possíveis, a análise paleográfica da matriz digital e sua transcrição foram colocadas antes das outras partes do estudo. Assim, se parte terá um ponto de partida concreto para o restante da leitura.

Após isso, iniciou-se a análise abordando a relação entre escrita e memória social. Foi muito importante para o desenvolvimento desse estudo definir um conceito de memória e localizar a escrita do documento digitalizado e transcrito numa periodização da história da memória no Brasil, que desenvolvemos introdutoriamente. Por fim, fez-se uma discussão sobre abreviaturas e um quadro sobre as abreviaturas não correntes presentes na matriz digital.

No que diz respeito à relação entre escrita e memória, embora não haja discordância a seu respeito por parte de autores como Le Goff (1990, p. 372), Pierre Nora (1993, p.10) e Paul Ricoeur (2003, p. 4), preferiu-se desenvolver o trabalho a partir das contribuições dos dois primeiros autores, já que Paul Ricoeur (2007) valoriza

excessivamente aspectos subjetivos e sem referentes – porque confere exclusividade às significações em detrimento de qualquer empirismo - pelo fato de filiar-se ao pensamento de Edmund Husserl.⁷

Depois, sistematizou-se a relação entre características extrínsecas da escrita e memória social. Discutiu-se, em seguida, a teoria da Paleografia e a corrente da Paleografia com a qual o presente trabalho se identifica, a Paleografia Crítico-Analítica (CONTRERAS, 1994, 20-21; 44).

Para proceder essa sistematização foi importante definir um conceito de memória formulado no âmbito das ciências humanas e sociais, o qual

⁷ Sobre a análise de Andreas Huyssen (*apud* GONDAR & DODEBEI, 2005, p. 9) a respeito da constituição dos *lugares de memória*, parece-nos carecer de fundamentação epistemológica e ser de natureza impositiva. A. Huyssen viu o que gostaria de ver, como que ignorando a mensagem do autor, e carece de uma certa fundamentação. Os argumentos de P. Nora (1993, p. 7-8; 14-15) são *explicitamente históricos*, relacionando a constituição dos *lugares de memória* aos “tempos modernos” resultantes da mundialização, democratização, midiaticização, massificação, formação dos estados modernos e dos processos de “descolonização interior”.

"[...] considera que o ato mnemônico fundamental é o 'comportamento narrativo' que se caracteriza antes de mais nada pela sua função social, pois que é comunicação [...] a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo" (JANET *apud* LE GOFF, 1990, p. 367).

Sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo é importante mencionar que a matriz digital transcrita nesse trabalho – como também várias outras - desenvolveu-se no Acervo Documental Waldemar Bispo Duarte, em João Pessoa-PB, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Recife-PE e no Instituto Histórico e Geográfico do RN, em Natal-RN, tendo sido financiado pelo PROPESQ da Universidade Estadual da Paraíba.

Por último, agradeço à prof.^a Maria da Vitória Barbosa Lima a revisão conjunta com esse mesmo autor da transcrição presente nesse trabalho e de todas as transcrições feitas.

ANÁLISE PALEOGRÁFICA

A análise paleográfica abaixo da escrita da matriz digital foi feita considerando-se as orientações contidas no *Guia da Análise Paleográfica* (LEAL & BERWANGUER, 2008, p. 105-109).

Aspectos complementares:

Localização: Acervo Histórico Valdemar Bispo Duarte. Espaço Cultural. João Pessoa-PB, Brasil; *notação*: Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC, Arquivo Histórico, Período Imperial, Documentos Manuscritos, Cx. 10, Ano: 1830/1833; *data*: 13 de novembro de 1830.

Sumário: Ofício autógrafo, de 13 de novembro de 1830, do conselheiro provincial [Joaquim José Ribeiro Pessoa] ao presidente de província da Paraíba [Manoel Joaquim Pereira] comunicando a impossibilidade de comparecer às reuniões do Conselho Geral de Província por motivo de doença.

Documento manuscrito: original.

Aspectos gráficos:

Modelo de escrita: escrita humanista;

Ductus: escrita destrosa.

Automatismo: não se verificou.

Peso da escrita: predominam os traços leves.

Módulo: predomínio de letras pequenas.

Ângulo da escrita: o traçado da escrita é inclinado para a direita.

Relação minúscula/maiúscula: uso de maiúsculas e minúsculas, sendo que as palavras grafadas com letras maiúsculas iniciais estão presentes no começo e meio de frase.

Distribuição das palavras: espaçamento regular entre as palavras com raras uniões indevidas de palavras.

Pontuação: estão presentes o ponto final e a vírgula.

Acentuação: o til e o cedilha; *numeração*: aparecem numerais arábicos;

Sinais taquigráficas: não há.

Aspectos materiais:

Suporte da escrita: papel;

Instrumento da escrita: pena de ave; *tinta*: ferro-gálica.

Encadernação: avulsa; *dimensão*: semelhante às dimensões, largura e altura, da atual folha de papel A4.

Estado de conservação: muito bom.

A seguir estão a matriz digital e sua transcrição.

MATRIZ DIGITAL

M^{ma} D^{na} Sr^a

Levo ao conhecimento de V^{ra} Pa^{re} que se achando
próxima a Sessão do Conselho Geral de Pro-
vincia dessa lida^{de}, encerro naquella de
hum dos N^{ros} bo^{as} q^{ue} o comp^{re}ta, não posso
comprometter, p^{or} motivos de molestias
e outros subijos q^{ue} m^{eu} companheiro
p^{re}sente no mesmo Conselho, ficando
m^{eu} não podendo p^{re}sente de p^{re}sente
com a proximidade dos factos de
co^{ra}, p^{or} se tiver melhor com p^{re}sente
companheiro: he^{re} to^{do} to^{do} a^{de}ver a
V^{ra} Pa^{re} q^{ue} o comp^{re}ta p^{re}sente o^{ra} 13
de V^{ra} Pa^{re} do o^{ra}

M^{ma} D^{na} Sr^a D^{na} Sr^a
M^{ma} D^{na} Sr^a D^{na} Sr^a
M^{ma} D^{na} Sr^a D^{na} Sr^a

João de Deus P^{re}sente

[fl.1]

III^{mo} e Ex^{mo} S^r.

Levo ao conhecimento de V Ex.^a que se achando
 Próxima a Sessão do Conselho Geral de Pro_
 vincia dessa Cidade; eu como na qualidade de
 [5] hum dos Membros que o compõe, não posso
 comparecer [sic], por motivos de molestias
 e outros subeijos [sic] para minha comparencia [sic]
 pessoal no mesmo Conselho, ficando-
 me não pequeno pesar de prestar
 [10] a minha Provincia estes tão fracos serviço
porem, se tiver melhora em Janeiro
 comparecerei. he [sic] o quanto tenho a dizer a
 V Ex^a a quem Deos Guarde muitos anos Pilar 13
 de novembro de 1830

[15] III^{mo} e Ex^{mo} S.^r Brigadeiro
Manoel Joaquim Pereira
Presidente do Governo da Paraiba

Joaquim José Ribeiro Pessoa

ESCRITA E MEMÓRIA SOCIAL

O conteúdo do nosso documento manuscrito⁸ expressa historicamente no século XIX paraibano e brasileiro uma certa continuidade, mas com grandes mudanças e variações sócio-culturais, do longuíssimo processo iniciado com o próprio aparecimento da escrita, fato esse que permitiu [...] à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de *duas formas de memória* (grifo nosso)”. Uma dessas duas formas de memória foi a *comemoração* que é “a celebração através de monumento comemorativo de um acontecimento memorável (LE GOFF, 1990, p. 376-382).

⁸ Elaborado com um dos três tipos de escrita classificados por C. Higounet (2003, p. 11-13)⁸, a escrita alfabética fonética, sendo que caligraficamente é uma escritas latinas chamadas de escrita humanística porque foi “ressuscitada” por humanistas no final do século XIV, em Florença, na Itália (HIGOUNET, 2003, p. 143-145; MARQUES, 2002, p. 75-80).

A memória comemorativa materializada na *inscrição*, apareceu ao longo da Antiguidade,⁹ criando *civilizações da epigrafia*, como Roma e Grécia, nas quais faziam-se inscrições em templos, praças, cemitérios, ao longo das estradas, em lugares remotos nas montanhas, indicando “[...] esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança [...]” (ROBERT *apud* LE GOFF, 1990, p. 373).

A outra forma de memória foi expressa pelo *documento escrito num suporte especialmente destinado a esse fim*, como o papiro, o pergaminho, as tábuas enceradas e finalmente o papel.

Muitos séculos depois as características extrínsecas dessa forma de memória tornaram-se o objeto de estudo da Paleografia, a partir de 1681, através dos estudos de D. Mabillon, sendo que esse termo, Paleografia, aparecerá somente em 1708, formulado pelo também religioso Bernardo Montfocault (BERWANGER & LEAL, 2008, p.18).

⁹ A disciplina da Epigrafia é da Idade Moderna.

As funções daquela segunda *forma de escrita*, o documento¹⁰ escrito num suporte especialmente destinado a esse fim, são duas. O armazenamento de informações que permite comunicar através do tempo e do espaço e, ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, também permite “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (GOODY *apud* LE GOFF, 1990, p. 374).

A par disso, considera-se nesse estudo que a escrita do nosso documento manuscrito é uma forma de memória ligada a esse segunda¹¹ forma de memória da escrita. E, considerando-se que a escrita manuscrita num material destinado especialmente a esse fim é uma forma de memória, a maneira de grafar essa mesma escrita também o é.

¹⁰ Sobre a conceituação, histórica e segundo a cultura de uma formação social dada, de documento e monumento, ver Le Goff (1990, p. 462-476) que trata desse ponto a partir da discussão sobre “Os materiais da memória coletiva e da história” (LE GOFF, 1990, p. 462-465).

¹¹ A inscrição e o documento escrito coexistiram no tempo e no espaço.

Além de proporcionar progressos no desenvolvimento da memória, a escrita também provocou mudanças na maneira do ato mnemônico ocorrer. Nas sociedades sem escrita ocorria, e assim era valorizado, um tipo de memorização caracterizado pela *variação* e não pela *memorização integral*, com raras exceções como no caso da memorização através do *canto* (GOODY *apud* LE GOFF, 1990, p. 371-372).

Em decorrência dessa variação, os relatos tendiam a ser diversos embora se referissem ao mesmo acontecimento, real ou imaginário, como no caso das “numerosas variantes nas diversas versões” do mito do Bagre da sociedade dos LoDagaa, sendo que isso era mesmo valorizado entre seus integrantes (GOODY *apud* LE GOFF, 1990, p. 371).

Com o aparecimento da escrita desenvolveram-se a exteriorização da recordação e apareceram sistemas de educação da memória: *as mnemotécnicas* (LE GOFF, 1990, p. 366).

No que se refere à escrita, é muito importante mencionar também que seu aparecimento proporcionou o

desenvolvimento das capacidades eminentemente mentais de “descontextualizar” e “recontextualizar”, sendo que tais modificações no psiquismo humano possibilitaram a compreensão da escrita como sendo mais que um “*saber-fazer técnico*”, podendo ser compreendida como uma “*aptidão intelectual*” (GOODY apud LE GOFF, 1990, p. 376).

Um último aspecto importante relacionado ao aparecimento da escrita após seu aparecimento há 3.500 anos a. C, na Antiguidade, na Suméria, deve ser mencionado. Bem mais de três milênios depois da escrita ter aparecido, já na Era Cristã, começou a desenvolver-se uma espécie de *autonomização* da escrita relativamente à *fala* como meio de comunicar informação.

Esse fenômeno de autonomização expressou-se na *leitura silenciosa* como alternativa à *leitura em voz alta* e pela percepção de que a escrita continha ideias, pensamento.

Tais mudanças decorrem de dois fatores. A proliferação da linguagem escrita em pergaminho - mais barato do que o papiro - já a partir do século II d. C, e pelo

fato de que mais pessoas passaram a ter acesso ao texto manuscrito (FISCHER, 2009, p. 210).

Sem ter a pretensão, que seria inclusive extremamente equivocada de desvalorizar a oralidade como forma de memória, pelo exposto, pode se sugerir que a história da memória se divide em antes da Escrita e depois da Escrita.

É necessário a esse estudo, entender de que maneira *as características extrínsecas*, um dos dois aspectos compositores dessa aptidão intelectual que chamamos de escrita (GOODY apud LE GOFF, 1990, p. 376), podem ser compreendidos como memória e, em particular, como memória social. É esse ponto que está desenvolvido a seguir.

CARACTERÍSTICAS EXTRÍNSECAS DA ESCRITA E MEMÓRIA SOCIAL

O que possibilita a escrita existir enquanto tal? A invenção e uso de determinados tipos de signos (CHAUÍ, 2000, p. 177-178) que são os signos gráficos (inscritos, escritos, digitados).

É através do uso desses signos gráficos que é feito o registro da escrita com função comunicativa. De que são feitos os signos gráficos das letras do alfabeto fonético? De traços com determinada *morfologias essenciais*, que Manuel Núñez Contreras (1994, p. 38) como sendo

[...] el aspecto exterior de los signos convencionales desprovistos de toda la individualización, que permite conocer la letra significa. Se trata, pues, de formas comunes en todo el que escribe en um mismo sistema gráfico y que por serlo pueden ser reconocidas por cualquier lector.

É o que se chama também de *características extrínsecas* (letras, números, sinais de pontuação e acentuação, abreviaturas, ligações, etc.) da escrita, em

oposição às *características intrínsecas* (idioma, teor, etc).
(BERWANGER & LEAL, 2008, p.35)

Portanto, a prerrogativa da escrita de comunicar informações com significado está ligada, obviamente, à existência objetiva – mesmo que marcada por estilos (CONTRERAS, 1994, p. 38) - de signos grafados de uma certa maneira, constituindo as mencionadas morfologias essenciais que permitem classificar as escritas (sintética, analítica, alfabética) e também tipificá-las como sendo capital, nacionais, carolina, gótica, humanista e processada citando os tipos (ACIOLLI, 1996, p. 44), no caso das escritas alfabéticas fonéticas *latinas*.

Esses registros gráficos com essas morfologias permanecem em grande medida inalterados através do tempo e espaço, permitindo um comportamento narrativo sobre a própria escrita.

Portanto, esses signos podem ser compreendidos como objetos (CHAUÍ, 2000, 177), ou seja, após serem grafados passam a ter uma certa natureza objetiva, a existir exteriormente à mente humana e independentemente da vontade humana, cabendo aos

indivíduos em geral o reconhecimento dos signos, seja pela alfabetização, seja pelo conhecimento paleográfico, segundo suas visões de mundo.

Como já se afirmou acima, entende-se que se pode dizer que as características extrínsecas são um comportamento narrativo com função social sobre a escrita de uma época e a respeito de outros objetos e acontecimentos ausentes, pois informa sobre a própria morfologia da escrita passada e sobre teor, idioma, etc., da mensagem.

Em Paleografia, quando se usa o termo morfologia, se está referindo à forma dos signos grafado em papiro, pergaminho, tabuinha encerada, papel que articulam-se com o objetivo de comunicar mensagens com conteúdo determinados por quem fez uso da escrita.

Observe-se que embora existam forma e conteúdo na escrita e também que se possa e se deva *discernir* entre o que é forma e o que é conteúdo da escrita, *não* se deve *dissocia-los ao ponto de se considerar a existência de um aspecto esvaziado da existência do outro*. Portanto, forma e conteúdo da escrita podem ser abstraídos um do outro.

Isso é correto, inclusive, no que diz respeito à ocorrência do comportamento narrativo a outrem, ou seja, quando se aborda as morfologias essenciais como uma recordação sobre a própria classificação e tipo da escrita, embora se deva levar em consideração tanto a mensagem como o contexto histórico e social produtor das morfologias essenciais de uma escrita determinada.

Por exemplo, as *morfologias essenciais* (CONTRERAS, 1994, p. 20; 38) das letras da escrita gótica foram usadas para comunicar *mensagens* (conteúdos). Tanto aquelas morfologias essenciais como os conteúdos são condicionados pela contexto histórico-social no qual foram produzidos (LÓPEZ, 2018, p. 210-215). Nesse sentido, inclusive, a morfologia essencial da escrita é produto e produtora da sociedade onde existiu.

No que diz respeito a esse aspecto material e objetivo da escrita, Pierre Nora (1993, p.14-15; 21) fez algumas indicações no seu famoso estudo sobre lugares de memória, quando enfatizou a natureza minuciosa da memória arquivística *produzida pelo traço, pelo registro*, e também quando se referiu ao sentido *material* dos lugares

de memória (que não é desprovido de simbolismo, ou seja, de significação cultural, de subjetividade, de valores).

Portanto, não há neutralidade na organização de um arquivo nem na escrita de um livro de história, por exemplo. Mas, desde que existente, não há como deixar percebê-la como realmente existente.

Assim, por exemplo, Roma derrotou Cartago e não o inverso. As explicações para isso variam segundo a visão de mundo de quem estuda o tema (HOBBSAWM, 1998, p. 8). Na própria seleção de um tema como algo a ser estudado pela História há uma escolha, uma visão de mundo associada a ela, segundo as forças sociais de uma época e a visão do historiador (LE GOFF, 1990, p. 462).

Nessa mesma lógica se insere as morfologias essenciais da escrita. Elas existem objetivamente. Até mesmo a falta de autenticidade de um documento escrito *é uma realidade*. Mas, a explicação sobre o porquê dessas morfologias essenciais serem da maneira como são mostradas pela existência do fato gráfico se dá segundo a visão do mundo do estudioso.

A filósofa Marilena Chauí (2000, p. 183) corrobora essa linha de pensamento. Ao se referir à letra do alfabeto como *signo* da língua falada, defini-o como sendo “elemento verbal material da língua”, ou seja, como sendo a expressão exteriorizada (ou materializada) nos registros gráficos do(s) som(ns) da língua, que articulados em *significantes* (“palavras, frases, orações, preposições, enunciados”), produzem os *significados* necessários à comunicação.

Outro autor que permite essa abordagem da dimensão objetiva da escrita é o historiador francês Jacques Le Goff (1990, p. 378) quando se refere à relação entre a organização da memória e a visão (um dos cinco sentidos) dos signos gráficos. Esse estudioso analisou que, *como resultado da invenção da escrita*, houve a “passagem da esfera oral à visual” na história de muitos povos no processo histórico relativo àquela organização da memória. Claro que o autor não naturaliza a análise. Sua visão de mundo é histórica sobre essa passagem da esfera oral para a visual no processo de desenvolvimento da memória coletiva.

Por que se compreende que se pode entender dessa maneira? Porque a afirmação de Le Goff está respaldada em fatos, processos históricos e teoricamente fundamentada em estudos sobre eles.

Nesse sentido, sabe-se, por um lado, que houve épocas e sociedades (ainda há, inclusive) nas quais a memória social era produzida recorrendo-se principalmente (embora, não de maneira única) à fala, pois não existia ainda a escrita em tais sociedades - perfeitamente funcionais, por sinal.

Depois de inventada a escrita, desenvolveu-se lentamente através dos séculos aquele processo de mudança da esfera oral para a visual no comportamento narrativo organizador da memória (e do esquecimento), pois se passou, gradativamente, a se exteriorizar mensagens através do registro escrito, ao invés de se usar somente a fala, culminando-se com a supremacia da escrita após o século XV. Observe-se que na análise sobre esse processo ocorrido deve se considerar sociedade de acordo com sua realidade e seu próprio desenvolvimento históricos.

Bem, ressalvado esse último aspecto do processo de mudança, segue-se afirmando que aquilo que possibilitou o acesso à mensagem escrita foi (e é) *o próprio símbolo gráfico inventado e grafado com determinadas morfologias essenciais.*

Disso decorre a possibilidade de se afirmar com segurança que foram *os traços registrados como símbolos gráficos das escritas com suas morfologias específicas que permitiram aquela passagem da esfera oral para a esfera visual* já que, obviamente, são os traços dos símbolos da escrita que permitem a visão dos signos gráficos¹², bem como sua leitura segundo um determinado padrão cultural existente em determinadas épocas e sociedades.

Assim, por exemplo, no caso das sociedades de língua latina, ao invés de se organizar a memória principalmente pela fala (como se fazia na Roma da Antiguidade, para citar um exemplo), passou-se a organizar a memória,

¹² A invenção por parte de Louis Braille da escrita para portadores e portadoras de deficiência visual completa ocorreu em 1852, na França, sendo um caso específico de acesso ao símbolo gráfico através do tato e não da visão. Seja como for, é uma derivação muito inteligente do sistema de escrita alfabético fonético latino. Há um Braille grau 1 e o braile grau2.

crescentemente e ao longo de séculos, pelo que está objetivamente escrito e visto, ou seja, pelos símbolos das escritas latinas (escolas caligráficas latinas) grafados com certas *morfologias essenciais* que caracterizaram as escritas desenvolvidas a partir do uso do alfabeto latino (capital, nacionais, carolina, gótica, humanista para citar algumas denominações).¹³

Essa transformação lenta, ampla e multissecular iniciada em períodos remotos da Antiguidade concluiu-se no período que se denomina tradicionalmente de História Moderna em várias sociedades.

É importante salientar que essa prerrogativa particular das morfologias essenciais dos signos da escrita *de possibilitar a comunicação de mensagens pela visão desses signos gráficos articulados (palavras, frases, etc.) com um significado* (conteúdo) deve estar associada à própria possibilidade de *compreensão* dos signos da escrita, compreensão essa resultante da *legibilidade* necessária de tais signos grafados.

¹³ A escrita para os portadores de deficiência visual, surgida muito posteriormente ao aparecimento da escrita, é um capítulo à parte.

A escrita não pode ser balbuciada incompreensivelmente, mas pode ser redigida de maneira ininteligível para um conjunto amplo de pessoas, além dos próprios escreventes.

Essa exigência de que a escrita deve ser, antes de mais nada, *legível*, pode ser exemplificada historicamente através das críticas dos literatos humanistas à escrita gótica, Petrarca e Boccaccio, críticas essas que levaram à adoção crescente em várias partes do mundo da escrita carolina, denominada de escrita humanística (MARQUES, 2002, p. 77; HIGOUNET, 2003, p. 143-157).

O criador da escrita “teria sido” Niccolò Niccoli, “cujos primeiros manuscritos [...] são de 1423” (HIGOUNET, 2003, p. 143-145).

As críticas contundentes de Petrarca e Boccaccio, foram desenvolvidas já a partir de 1366. Referiam-se ao fato de que a(s) escrita(s) da época parecia(m) ser feita(s) para qualquer coisa *menos para ser(em) lida(s)*, por ser(em) *luxuriante(s)*, ou seja, “excessivamente ornada[s], parecendo obras de pintores e não de escritores”, tendo-

se como resultado dessa crítica a adoção da escrita chamada de humanista, “sóbria, elegante, simples e clara”.

Não era somente o conteúdo dos textos escritos do século XIV que incomodava os literatos humanistas. A *formas* dos signos da escrita também foram objeto de críticas. Dessas críticas resultou a organização de uma “unidade gráfica” internacional produzida através da escrita humanista que foi desenvolvida a partir da antiga escrita carolina, usada nos séculos IX, X e XI (MARQUES, 2002, p. 77).

Finalmente e buscando-se ser bem preciso no que diz respeito ao interesse da Paleografia na sua relação coma organização da memória social, entende-se que as características extrínsecas da escrita ou morfologias essenciais dos signos da escrita são formas de memória relativas à própria escrita porque podem comunicar informações a outrem (JANET *apud* LE GOFF, 1990, p. 367) sobre ela mesma, ou seja, sobre a própria escrita.

No ponto seguinte se procura sistematizar ideias a respeito da função social da morfologia da escrita presente no documento manuscrito transcrito nesse trabalho,

enquanto memória social, particularmente no que se refere à *relação da escrita documental com a estruturação das instituições de poder político na sociedade paraibana no período inicial de organização do estado nacional brasileiro*.

ESCRITA, CARACTERÍSTICAS EXTRÍNSECAS DA ESCRITA, MEMÓRIA SOCIAL E ESTRUTURAS DE PODER

Como afirmou Le Goff, (1990, p. 368)

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

Por isso, a memória na forma¹⁴ de *listas hierarquizadas*, por exemplo, mostrou-se importante como um aspecto da organização de um poder novo, o poder monárquico na Antiguidade (LE GOFF, 1990, p. 376).

Da mesma maneira, mas em contexto histórico diferente, na Idade Moderna do século XVI, afirmou-se a forma de memória da escrita organizada nos livros superando a produção dos incunábulo, escrita essa que foi usado pelos movimentos religiosos da Reforma e pela Contra Reforma (BRAUDEL, 1997, p. 362-366).

¹⁴ Por forma da memória deve-se compreender a maneira como a escrita foi organizada pelo registro de sinais da respectiva escrita num suporte material especificamente designado para o uso da escrita.

Como se sabe, nesse período de transição do feudalismo para o capitalismo, a religião legitimava diretamente o poder dos reis nas monarquias absolutistas na Idade Moderna, que vem a ser um poder novo, historicamente, centralizado e cuja base e alcance está em estados unificados, com respectivos mercados internos também unificados, em contraponto à dispersão de poder e às dificuldades de trânsito de pessoas, mercadorias, informações, etc., nas monarquias feudais.

Outros exemplos que relacionam a escrita e a organização/reprodução desse poder novo moderno, a monarquia centralizada, podem ser observados no processo de colonização do Brasil (STELLA, 2000, p. 103; 121; 182) e da própria Capitania da Parahyba do Norte, em particular (MARTÍNEZ, 2014, p. 114),¹⁵ bem como após o processo de emancipação política em 1822/24, quando foi estruturado o estado nacional brasileiro.

A escrita de nosso documento manuscrito transcrito relaciona-se com a organização de um dos órgãos poder

¹⁵ Esse uso da escrita no processo de colonização paraibana é, provavelmente, muito mais amplo do que o mostrado nesse importante guia arquivístico.

novo desse estado nacional chamado de Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte.

No caso da escrita do nosso documento manuscrito e transcrito, ela e suas morfologias essenciais podem ser definidas como formas de memória materializadas num comunicado oficial através de ofício manuscrito relacionado ao referido Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte.

Por isso tem um significado emancipatório associado à escrita e suas morfologias essenciais, embora elas existem desde o período colonial e para a manutenção do sistema colonial.

No entanto, a história subordinou o uso da mesma escrita humanista e suas morfologias essenciais para que servissem ao processo de “descolonização interior” relativo às sociedades ex-colônias europeias da América, mencionado por P. Nora (1994, p.21).

E por que ocorreu essa relação entre a escrita, suas morfologias essenciais e o referido processo de “descolonização interior”? Porque a iniciativa do conselheiro geral provincial da Parahyba de Norte,

Joaquim José Ribeiro Pessoa, se relacionou com a organização de um poder novo na sociedade brasileira, a *monarquia constitucional centralizada*, surgida depois da emancipação política do Brasil de Portugal em 7 de setembro de 1822.

Essa organização centralizada das estruturas de poder permaneceu existindo em grande medida até o final do Império, em 1889, embora tenha passado por uma mudança descentralizadora muito significativa em 1834/35, quando foram criadas e instaladas as Assembleias Legislativas Provinciais.

Sobre as morfologias essenciais e a memória social paraibana, podemos dizer que o conselheiro geral provincial paraibano, Joaquim José Ribeiro Pessoa, comunicou informações ao Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte *usando o traço próprio da escrita manuscrita tal qual era feito no ano de 1830, que era o traço manuscrito com as características extrínsecas da escrita humanista* que vinha sendo usada desde o período colonial. Mesmo não havendo particularidade nessa relação, haja visto que a escrita humanista esteve presente

desde o período colonial, como foi dito, o seu uso naquele momento histórico teve outros objetivos relacionados à afirmação das estruturas de poder do estado nacional brasileiro.

Considerado isso, pode se reafirmar que a escrita do documento manuscrito ora transcrito nesse trabalho comunica informações a outrem sobre a própria escrita usada na época sendo, por isso, forma histórica de memória social da escrita.

O fato de ser o mesmo tipo de escrita do período colonial mostra uma certa continuidade entre o antes e o depois de 1822, sem que se perca a possibilidade de afirmar que a escrita do documento – forma e conteúdo – estão relacionados a um novo contexto histórico de mudança da sociedade brasileira. Em que medida essa mudança impulsionaria ou não transformações no padrão gráfico é um tema que não será abordado nesse estudo.

Outro ponto que entendemos ser relevante abordar, diz respeito à periodização do desenvolvimento da memória social no Brasil. A seguir, consta uma tentativa

bastante embrionária nesse sentido, mas que serve para desenvolver o tema em pauta.

HISTÓRIA DA MEMÓRIA SOCIAL NO BRASIL: BREVES COMENTÁRIOS INICIAIS

A partir dos critérios de periodização sobre o desenvolvimento da memória na história elaborados por Jacques Le Goff (1990, p.369) e Pierre Nora (1993, p.7-8), bem como considerando as especificidades do processo histórico da formação social brasileira, inclusive o período anterior a 1500, pode ser elaborada uma periodização para a história da memória no Brasil dividida em quatro grandes períodos.

Essa sistematização tem natureza de introdução ao ponto da história da memória no Brasil, haja visto os limites de explorar um tema tão complexo como esse nesse breve estudo.

Mesmo assim, considera-se que é possível fazê-lo pois as referências teóricas são bastante consistentes, como também pelo fato de que não se aplica mecanicamente à realidade histórica brasileira as tais referências teóricas.

Muito pelo contrário. É a consideração de aspectos e fatos da história do Brasil que permitem a segurança na

utilização das referências teóricas sistematizadas pelos dois historiadores franceses citados no início desse ponto.

Os quatro períodos da história da memória no Brasil são os seguintes.

Um período anterior a 1500¹⁶, relacionado aos povos que não usavam a escrita ao qual denominamos de *período de memória étnica*, o qual se prolonga mesmo depois da chegada de europeus, desde que vários desses povos e suas respectivas culturas não foram extintos ou transformados pela introdução da alfabetização.

O segundo período que vai desta data de 1500 até 1808/1822, no qual desenvolveu-se, principalmente,

¹⁶ Esse marco cronológico é adotado por mera convenção simbólico-histórica, haja visto que a disseminação do uso da escrita, que só ocorreu associado ao desenvolvimento da colonização portuguesa, e suas implicações sobre a organização da memória, só começaria propriamente quando a sociedade brasileira colonial teve impulso com a criação das capitanias hereditárias e o desenvolvimento da economia, da sociedade, das instituições e da cultura propriamente brasileiras coloniais. Inclusive não se deve desconsiderar que não somente portugueses e espanhóis tiveram ação nesse sentido, pois tivemos, por exemplo, o importante período de ocupação flamenga de grande parte do que é hoje denominado de região Nordeste.

embora sem exclusividade¹⁷, o uso da escrita manuscrita associada à fala que pode ser chamado de *memória tradicional*, pois esteve predominantemente ligado à sociedade colonial brasileira, com pouca alfabetização.

No que diz respeito à circulação de impressos, ela ocorreu condicionada a esse fator da baixíssima alfabetização e numa sociedade escravista, como também à inexistência durante quase a totalidade do período da produção de impressos no Brasil, com a brevíssima experiência de meados do século XVIII (ABREU, 2010, p. 41-67).

O período seguinte é denominado de *memória dos tempos modernos* e vai de 1808/1822 até a Revolução de 1930. Nesse terceiro período ocorreu a disseminação lenta da alfabetização e da produção interna da escrita impressa sem interrupções (ABREU, 2010, p. 41-67). A escrita

¹⁷ É importante considerar, por exemplo, a importação de escritos impressos de Portugal para o Brasil colonial (BRAGANÇA, 2010, p. 25-40). Mas é possível sugerir com larga margem de certeza que a produção de escritos manuscritos prevalecia em muito o uso de escritos impressos, que só começarão a ser produzidos aqui, continuamente, a partir de 1808.

ocupou cada vez mais espaço na organização da memória, relativamente à fala.

Esse período tem como contextos associados a criação do estado nacional brasileiro, o fim da escravidão, o crescimento lento da urbanização e predomínio da importância social e econômica do meio agrário, transição do trabalho escravo para o trabalho livre, iniciativas culturais ligadas ao estado-nação brasileiro como a instituição dos arquivos/acervos documentais, mundialização e democratização, bem como modernização (NORA, 1993, p. 7-8) capitalista da sociedade, lenta e variada regionalmente.

O último período é o atual. Inicia-se em 1930 e pode ser chamado de período da *memória contemporânea*, no qual a memória passa a ser amplamente exteriorizada dos indivíduos pela disseminação da alfabetização e caracterizado também por outros meios de registro da memória, incluindo aí os meios eletrônicos, como o computador, já bem avançado o século XX. Esse último período tem como pano de fundo uma sociedade cada vez mais industrializada, urbanizada e globalizada.

Pelo exposto acima, a escrita humanista¹⁸ do nosso documento manuscrito digitalizado/transcrito e suas características extrínsecas relacionam-se, embora sem exclusividade (já que seu uso ocorria desde o período colonial) com o desenvolvimento da *memória moderna* pois foram grafados em 1830, sendo, por isso, instaurada e instauradora do que P. Nora (1993, p. 7-8) chamou de advento dos tempos modernos, nos seus primórdios.

¹⁸ A invenção da escrita humanista é bem anterior ao século XIX, datando do século XIV. Sua adoção em altas esferas governamentais portuguesas iniciou-se já em 1403 (MARQUES, 2002). Entende-se que pode ter havido um equívoco por parte desse autor já que, como vimos, de acordo com C. Higounet (2003, p. 143-145) a escrita humanista foi possivelmente inventada em 1423. A sua presença em várias regiões da Europa, a partir de sua criação na Itália como parte do processo geral e lento do que foi denominado de “desmoronamento” do mundo feudal por Pierre Nora (1993, p. 7-8) promoveu uma nova “unidade gráfica” e seus aspectos extrínsecos, de acordo com José Marques (2002, p.77), são “[...] mercê do seu carácter arredondante, tendência para a perpendicularidade das hastes face à regra ou linha, distinção das palavras e das próprias sílabas e letras dentro da mesma palavra, ausência de nexos, etc.” Foi como parte da colonização ibérica que a escrita humanista desenvolveu-se no Brasil tendo predominado na produção dos escritos coloniais (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 68).

Mesmo se observando uma certa continuidade¹⁹ relativamente ao período anterior, isso mostra certos condicionamentos e limites históricos do próprio processo de emancipação política brasileira, que mesmo internalizando decisões através da criação do estado-nação pela ruptura com Portugal, manteve igualmente a escravidão e a natureza sociedade agrária da sociedade brasileira, por exemplo.

Portanto, entende-se ser correta a leitura de que a escrita/morfologias do documento de 1830 que analisou-se são um comportamento narrativo com função social relacionado ao período da memória moderna, porque estão relacionadas à produção de um poder novo no âmbito provincial que era o Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte, órgão do estado nacional monárquico criado pela Constituição Política do Império do Brasil, do

¹⁹ A respeito desse aspecto da continuidade que mencionamos na história da memória do Brasil, importa lembrar que a própria escrita humanista inventada possivelmente em 1423 por Nicollò Nicolli, já havia existido na Idade Média com a denominação de escrita carolina. C. Higounet (2003, p. 6) inclusive não considera a escrita humanista uma escrita da Idade Moderna, enquadrando-a como escrita medieval.

qual a Parahyba do Norte era uma das vinte províncias e simbolizando uma iniciativa relacionada ao processo de “descolonização interior” (NORA, 1993, p. 21).

A seguir, é importante explicitar com qual corrente de estudos da Paleografia se relaciona o desenvolvimento do tema do presente estudo, qual seja, a relação entre as características extrínsecas da escrita e a memória social.

RELACIONANDO O TEMA COM A TEORIA DA PALEOGRAFIA

Entende-se que esse estudo está relacionado, principalmente, à corrente da Paleografia Crítico-Analítica porque seus objetivos estão relacionados ao objeto de estudo da Paleografia que é o conjunto das características extrínsecas (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 16).

Esse objeto de estudo pode ser definido também como as técnicas de escrever os signos gráficos que conferem às letras, palavras, frases, etc., determinadas morfologias essenciais (CONTRERAS, 1994, p. 20; 38) relacionadas um tipo de escrita.

A corrente paleográfica de estudos acima foi iniciada em 1681, por D. Mabillon, através de um processo de especialização de uma prática existente desde pelo menos o século XII (ARAÚJO, 2018, p. 1). No entanto, somente em 1708 o termo Paleografia foi criado para designá-la.

Em meados do século XX, a Paleografia que foi desenvolvida desde aquele ano de 1681, passou por significativo processo de *aprimoramento* (ARAÚJO, 2018, p. 20-3), que ampliou e aprofundou o estudo das do seu

objeto de estudo, estabelecendo a necessidade de também abordar *as técnicas* do ato de escrever materializadas nos signos gráficos ou, simplesmente, “*o como*” se escreve (CONTRERAS, 1994, p. 20).²⁰

Foram estudiosos ligados à Nova Escola Francesa (CONTRERAS, 1994, p. 20), particularmente Jean Mallon e Jean Gillissen, que desenvolveram pesquisas sobre as técnicas de escrever ou *o como* se produz a grafia das características extrínsecas da escrita.

Por isso pode se dizer que *se manteve e aprimorou-se* o foco na observação do objeto de estudo já consolidado da Paleografia, ao contrário, tendencialmente, da corrente surgida no século XX, que propõe que a Paleografia seja “uma história da escrita” (CONTRERAS, 1994, p. 21-23), corrente essa que, como reconhece o próprio Armando Petrucci (1999, p. 36), um dos seus atuais defensores, propõe uma abertura excessiva para a Paleografia.

E, para efeitos de desenvolvimento de um trabalho como esse que busca compreender a relação entre

²⁰ A corrente da Paleografia desenvolvida especificamente no século XX como que “dilui” a disciplina ao concebê-la como uma “história da escrita” (CONTRERAS, 1994, 20-21; 44).

características extrínsecas e memória social, é importante explicitar o caráter não aleatório do traçado da escrita a Paleografia Crítico-Analítica pelo reconhecimento de técnicas de escrever permite perceber a escrita e as características extrínsecas da escrita.

Essa ausência de casualidade no ato de escrever pode ser compreendida como *intencionalidade*. Para P. Nora (1993, p. 7-8; 22) os *lugares de memória* são definidos enquanto tais a partir da existência da percepção de que houve *intenção* de que um acontecimento, objeto, etc. *permanecessem enquanto tais*, através do tempo e espaço. Na análise de P. Nora a constatação da existência da *intenção* é determinante para a conceituação dos *lugares da memória* numa certa oposição aos *lugares da história*.

Le Goff (1990, p. 376-382), como se viu, também possibilita estabelecer a relação entre escrita e memória social, ponto esse que já foi explicitado nesse texto.

A seguir, se discute um pouco sobre as abreviaturas, essas formas da escrita manuscrita – e talvez das inscrições comemorativas - bastante antigas.

AS ABREVIATURAS

A importância cultural do recurso da escrita denominado de *abreviação* foi ressaltada por Ludwig Traube (1861 – 1907), um estudioso alemão que fez estudos sobre o tema das notas tironianas de Suetônio e Isidoro, entre outras pesquisas importantes, chegando à conclusão (ou simplesmente, tendo afirmado) que as abreviaturas são “hechos culturales mui a tener em conta” (TRAUBE *apud* CONTRERAS, 1994, p. 22).

Esses “hechos culturales” não deixaram de estar presentes em estudos de Paleografia no Brasil. Os trabalhos de Ricardo Román Blanco (1987), Vera Lúcia Costa Aciolli (1994), João Eurípedes F. Leal e Ana Regina Berwanger (2008), João Eurípedes F. Leal e Marcelo Nogueira Siqueira (2011) são exemplos de estudos de Paleografia onde o tema das abreviaturas foi objeto de discussão pontual.

A pesquisa brasileira mais conhecida e publicada que se fixa exclusivamente sobre o tema das abreviaturas é de

autoria de Maria Helena Ochi Flexor (2008), intitulada *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*.

É um trabalho que resultou de um processo de pesquisa muito amplo. A publicação desse estudo no Brasil foi de grande relevância para os estudos paleográficos e outros onde a escrita é investigada. O vasto número de abreviaturas e suas correspondentes palavras e expressões foram publicados usando-se caracteres impressos, ou seja, não aparecem formas originais manuscritas das abreviaturas.

Por abreviatura entende-se a “Representação reduzida, em maior grau ou menor grau, de palavras, de sílabas ou expressões, utilizando-se letras, sílabas e pontuação” (LEAL & SIQUEIRA, 2011, p. 15-16).

Há pelo menos mais um recurso gráfico utilizado para produzir as abreviaturas que é o uso de sinais especiais, os quais são signos que “indicam a própria abreviação ou substituem letras, sílabas ou palavras” (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 92-93; HIGOUNET, 2003, p.148).

No nosso documento transcrito há uma abreviação por sinal especial na forma aproximada de um “9”

manuscrito, representando as duas sílabas iniciais da palavra “novembro”.

O procedimento de abreviar para escrever remonta à Antiguidade romana, através das famosas notas tironianas (BERWANGUER & LEAL, 2008, p. 93; HIGOUNET, 2003, p. 145). De acordo com C. Higounet (2003, p. 145-152), “O grande período de uso das abreviações foi o das escritas carolíngia e gótica, do século IX ao século XV.” Os sistemas de abreviar eram bem semelhantes aos atuais, que são por sigla, contração, suspensão, letras sobrescritas e sinais especiais.

No período da Renascença, e após ele, desenvolveu-se um modo moderno de escrever abreviado, a estenografia ou taquigrafia, produto do “desejo de possuir uma escrita tão rápida quanto a fala” (ACIOLLI, 1994, p. 46).

Essa necessidade de abreviar foi mantida na Idade Contemporânea na vida pública e no mundo dos negócios pelo desenvolvimento de uma escrita abreviada mecânica, a estenotipia (HIGOUNET, 2003, 173).

Sobre o porquê as palavras serem abreviadas, indicado no parágrafo anterior, há várias explicações. Diz-se que foi por economia de tempo e de material suporte para escrever entre outras explicações, embora não haja consenso sobre esse ponto e mesmo se é possível explicar os tais “representantes linguísticos” (CONTRERAS, 1994, p. 107-108; HIGOUNET, 2003, p.145; ACIOLLI, 1994, p. 45; STIENNON *apud* CONTRERAS, 1994, p.108).

A seguir, discute-se um pouco sobre a normatização da transcrição paleográfica de abreviaturas.

SOBRE A TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA DE ABREVIATURAS

Constam duas normas nas Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos para transcrever abreviaturas (LEAL & BERWANGUER, 2008, p. 100). São as normas 1.8 e 1.9.

A norma técnica 1.9 se refere às abreviaturas de uso corrente que são as abreviaturas conhecidas. Essas não devem passar pelo processo de *desenvolvimento* na transcrição. Nesse sentido, “Sr.”, “III^{mo.}” e Ex^{mo.} são exemplos de abreviaturas que devem ser transcritas apenas atualizando a forma dos caracteres existentes na escrita original do documento.

Já a norma técnica 1.8, da qual tratamos, estabelece que as abreviaturas de uso não corrente devem ser *desenvolvidas* na transcrição e que a parte acrescida/modificada na abreviatura deve ser grifada.

Portanto, após o desenvolvimento da abreviatura a palavra antes abreviada aparece registrada por completo. Por *abreviaturas pouco usuais* se deve entender as abreviaturas pouco conhecidas nos dias atuais. Por

exemplo, cid^e, deve ser transcrita como cidade; qualid^e, deve ser transcrita por qualidade; etc.

Há milhares de exemplos de abreviaturas na escrita latina humanista presentes na imensa documentação manuscrita brasileira (FLEXOR, 2008).

Na matriz digital do documento manuscrito transcrito nesse trabalho há algumas delas e seguiu-se o que está estabelecido na Norma Técnica para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos n. 1.8 (BERWANGER & LEAL, 2013, p. 100), a qual estabelece que “As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo”, como foi dito acima.

Resolveu-se reunir as abreviaturas da dita matriz digital num quadro, o qual mostra as linhas do documento onde se encontram, as abreviaturas (já atualizadas pelo processo de digitação) e as transcrições.

**QUADRO DAS ABREVIATURAS *NÃO CORRENTES* DA
MATRIZ DIGITAL TRANSCRITA E SUAS TRANSCRIÇÕES**

Linha	Abreviatura	Palavra/expressão
3ª	Cid ^e	Cidade
3ª	qualid ^e	Qualidade
4ª	q'	Que
5ª	p'	Por
6ª	p ^a	Para
6ª	m ^a	Minha
9ª	m ^a	Minha
10ª	p ^m	Porem
11ª	q ^{to}	Quanto
12ª	q ^m	Quem
12ª	Deos G ^e m ^s an ^s	Deos <u>Guarde</u> <u>muitos</u> <u>anos</u>
13ª	9bro	<u>Novembro</u>

Fonte: PESSOA, Joaquim José Ribeiro. [Ofício] 13 de novembro de 1830, manuscrito, [Pilar, Parahyba] [para] presidente de província da Paraíba [Manoel Joaquim Pereira].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à aplicação da norma técnica 1.8 que se refere à transcrição de abreviaturas não usuais, considera-se que o objetivo foi atingido, pois as abreviaturas não correntes transcritas com o devido desenvolvimento grifado foram várias, possibilitando perceber como se faz esse procedimento a partir de exemplos concretos.

A pertinência da norma técnica 1.8 não tem motivos para ser posta em cheque, já que facilita a compreensão da escrita original do documento *sem alterá-la*.

No tocante à relação entre características extrínsecas e memória social entende-se que conseguiu-se mostrá-la, pois evidenciou-se que elas, as características extrínsecas da escrita, possibilitam um comportamento narrativo com função social tanto sobre a escrita de uma época no Brasil, como relativamente a acontecimentos da história política paraibana a partir da atividade do conselheiro geral de província da Parahyba do Norte, Joaquim José Ribeiro Pessoa, e sobre uma instância de poder novo, qual seja, o

próprio Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte, existente de 1824 a 1834.

Relacionou-se Paleografia e memória social de outra maneira que se complementa com a anterior. Concluiu-se que as características extrínsecas do nosso documento podem ser *lugares de memória* ao contribuírem para a instauração dos “tempos modernos” da sociedade paraibana e brasileira.

E de que maneira as características extrínsecas são lugares de memória? Porque se pode perceber nelas os três sentidos da palavra “lugar”, o material, o funcional e o simbólico.

Material na medida em que são registros materializados a língua falada a respeito de acontecimentos passados da história paraibana e da escrita da época de 1830.

Já o sentido *funcional* está relacionado ao uso das características extrínsecas da escrita e da comunicação de informação especificamente escrita para produzir a atuação de político paraibano e reproduzir a dinâmica de um órgão provincial do estado nacional brasileiro

monárquico e centralizado, que era o Conselho Geral de Província da Parahyba do Norte do Império do Brasil.

Já o sentido *simbólico* da escrita e especificamente de suas características extrínsecas relacionam-se à instauração de uma cultura política ligada aos “tempos modernos” no Brasil legitimadora daquele órgão provincial paraibano.

Foi também uma pequena atitude constituinte de um do estado-nação Brasil, egresso do processo de colonização europeia, contribuindo ainda para o desenvolvimento de outro processo que é denominado por Pierre Nora (1993, p. 21) de “descolonização interior”.

A respeito da filiação do presente texto à corrente da Paleografia Crítico-Analítico importa reafirmar que é a observação das morfologias essenciais ou características extrínsecas da escrita que tornam possível perceber a comunicação de informações sobre a própria escrita praticada em outra época e que é essa corrente que tem por objeto de estudo essas morfologias essenciais.

Finalizando, entendemos que Pierre Nora (1993) equivocou-se em três pontos, pelo menos.

Primeiramente, por afirmar a existência de um período de “sono etnológico”, sem “historicidade” para as sociedades denominadas de indígenas. Haja visto que essas sociedades são humanas e evoluíram no tempo, como qualquer outra sociedade humana. Há exemplos concretos para mostrar tal evolução, mas nos deteremos apenas na questão teórica.

Portanto, nada mais equivocado do que tal comentário, principalmente partindo de um historiador com amplos meios de pesquisa e leitura ao seu dispor, a não ser que, conscientemente, esse historiador opte por um ponto de vista civilizador e europocêntrico no seu estudo sobre lugares de memória.

Em segundo lugar, parece ter havido uma contradição por parte de P. Nora na fundamentação a respeito da existência de dois tipos de memórias, a verdadeira e a arquivística (relacionada especificamente aos tempos modernos), *diferenciadas pela existência de registros*. Ora, se a diferenciação é feita com base nesse critério, por que não entender as inscrições das *civilizações da epigrafia* e os documentos escritos da Antiguidade como registros

com os devidos desdobramentos no sentido de conceber os mais variados registros epigráficos como lugares de memória?

O terceiro ponto diz respeito ao entendimento por parte de P. Nora de que nos “tempos modernos” só há memória individual, a memória registrada do sujeito, e antes daqueles “tempos modernos”, só havia a memória coletiva.

Parece-nos que esses aspectos individual e social estiveram presentes ao longo de toda a história da memória. O que é, por exemplo, a *variação* presente no ato mnemônico das sociedades sem escrita senão uma característica flagrantemente subjetiva, individual, da memória?

Além disso, obviamente, tal e qual nos “tempos modernos”, os registros de outros períodos eram portadores dos valores mais variados presentes nas sociedades onde foram realizados.

Talvez, essa opção feita por P. Nora, em perceber uma *ou* outra memória, social *ou* individual, esteja relacionada

ao modo dicotômico de pensar mais geral instaurado no século XX.

Esse modo de pensar é diferente modo de pensar expresso por grandes intelectuais de correntes bastante diferentes de pensamento do século XIX, como K. Marx e F. Nietzsche. De acordo M. Berman (1981, p. 25) no pensamento de ambos prevaleciam “Visões abertas da vida moderna [sendo que] foram suplantadas por visões fechadas: Isto e Aquilo substituídos por Isto ou Aquilo.”

Nesse sentido, finalizando essas considerações, entende-se que as características extrínsecas da nossa matriz digital são *lugares de memória* (pela sua dimensão subjetiva) sem que percam o aspecto de comportamento narrativo com função social.

E mais. Desde que só faz sentido se pensar no uso de da escrita como forma de memória se houver morfologias essenciais que possibilitem o registro dos signos gráficos, pode se afirmar que as características extrínsecas da escrita são *especificamente* os aspectos dessa aptidão intelectual – a escrita - que possibilitam os

comportamentos narrativos com função social organizadores da memória social relacionados à escrita.

Portanto, o traço dos signos gráficos é tão fundamental na escrita que, concluindo, pode se afirmar que se na pintura “Tudo começa num ponto”, tal qual disse Wassiliy Kandinsky, também na escrita tudo começa quando se faz um registro com forma de um signo gráfico a partir de um traço iniciado num ponto.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 41-67.

ACIOLI, Vera Lúcia. **A escrita no Brasil colônia**. Recife: Editora Universitária, 1994.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **A contribuição da Paleografia para a Diplomática**: abordagens teóricas e práticas. Disponível em: <
<http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/ROBERTO-JORGE-CHAVES-ARAUJO-para-Forum-Legislativo.pdf> > Acesso em: 06 de novembro de 2018.

BLANCO, Ricardo Román. **Estudos paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. revista e ampl. - Rio de Janeiro: UFSM, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: SHWARCZ, 1986.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII.** As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CONARQ (Brasil). **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: < http://docfilm.com.br/wp-content/uploads/2014/11/recomendaes_para_digitalizao.pdf. > Acesso em: 25 de abril de 2016.

CONTRERAS, Luis Núñez. **Manual de Paleografia:** fundamentos e história de la escritura latina hasta sigilo VII. Madrid: Catedra, 1994.

FISCHER, Steven Roger. **História da escrita.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas:** manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GONDAR, Jô, DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

LEAL, João Eurípedes Franklin, SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. **Glossário de Paleografia e Diplomática.** Rio de Janeiro: Luminária: Multifoco, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LÓPEZ, Manuel Joaquín Salamanca. A imagem da escritura. In: LOSE, Alícia Duhá, SOUZA, Arivaldo Sacramento. (orgs.). **Paleografia e suas interfaces.** Salvador: Memória & Arte, 2018, p. 212-217.

MARIZ, Celso. **Memórias da Assembleia Legislativa.** Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão. João Pessoa: [s.n.], 1987.

MARQUES, José. **Práticas paleográficas em Portugal no século XVI.** Disponível em: <
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3501.pdf>. >
 Acesso em: 22 de junho de 2016.

NORA, Pierre. **Entre História e Memória.** A problemática dos lugares. Projeto História Revista do programa de estudos pós-graduados em História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/12101/8763> > Acesso em: 12 de outubro de 2012.

PESSOA, José Joaquim Ribeiro. [Ofício autógrafo], de 13 de novembro de 1830, Pilar [Província da Parahyba do Norte] [para] Manoel Joaquim Pereira, Cidade da Parahyba. Manuscrito.

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad.** Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOUER, Paul. **História, memória, esquecimento.**

Disponível em: <

http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia > Acesso em: 12 de dezembro de 2016.